

XI ECOECO

VII Congreso Iberoamericano
Desarrollo y Ambiente

XI ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO
Araraquara-SP - Brasil

RACIONALIDADE DO DINHEIRO E BIOECONOMIA: A NECESSIDADE DE LIMITES FÍSICOS NA
REPRODUÇÃO ECONÔMICA

carlos alberto franco da costa (UFAC) - francco@hotmail.com
Professor Do Doutorado em Biotecnologia BIONORTE

Marcos Fábio Freire Montysuma (UFSC) *Professor do Doutorado em Ciências Humanas da UFSC*

RACIONALIDADE DO DINHEIRO E BIOECONOMIA: A NECESSIDADE DE LIMITES FÍSICOS NA REPRODUÇÃO ECONÔMICA

A CONSTRUÇÃO DA RACIONALIDADE DO DINHEIRO NA ECONOMIA CONVENCIONAL

Aristóteles utilizava a separação entre o econômico e a crematística para contrapor a visão econômica em seu sentido mais globalizante da pura acumulação de dinheiro. Para o estagirita, a utilização do termo “econômico” significava a norma de conduta do bem-estar da comunidade, ou da casa, em um sentido mais ampliado. A arte da administração da casa, etimologicamente da junção dos vocábulos gregos *oikos* e *nomia*. A “crematística” (*khrema-atos*) significava a acumulação da moeda pela moeda, ou seja, somente o aspecto pecuniário¹. A ideia do econômico em Aristóteles compreendia a noção de conjunto entre o homem, a sociedade e a natureza, enquanto a ideia de crematística consistia em colocar a perspectiva pecuniária antes de qualquer outra coisa.

Aristóteles percebeu que a moeda, enquanto facilitador das trocas era um ganho indiscutível para a sociedade, no entanto, na medida em que ela permitia acumular sem limites, e essa acumulação se tornava um objetivo em si mesmo, ela poderia representar um risco considerável para a comunidade humana. Em sua visão do *oikos*, o homem encontrava-se submetido a uma série de restrições e obrigações para com sua comunidade, através de relações marcadas pela solidariedade e ajuda mútua. Com o predomínio da crematística, os vínculos entre o indivíduo e a comunidade seriam fragilizados em detrimento da busca desenfreada pela aquisição monetária.

Ele temia, e a história provou que com razão, que a moeda fosse desviada de seu papel original de facilitador das trocas para um papel principal, transgressor e perverso: o de incentivar os indivíduos a procurar a acumulação da moeda pela moeda. O risco de surgirem novos poderes, capazes de desequilibrar perigosamente a sociedade humana e que surgissem dois grandes problemas: a) que a busca desenfreada pela acumulação da moeda se tornasse a finalidade primeira das atividades dos homens e; b) se perdesse a preocupação com a virtude física natural dos objetos². Problemas que viriam a se concretizar na sociedade capitalista e na racionalidade econômica dela derivada.

Na visão de Aristóteles, a racionalidade econômica não poderia ser vista com significação absoluta, isoladamente de outros aspectos da vida social, não existiria uma forma definitiva de racionalidade econômica, esta faria parte de uma totalidade maior relacionada com outros aspectos das relações sociais, inclusive das relações com o meio natural. No entanto, na sociedade capitalista, o caráter pecuniário adquiriu um aspecto predominante, principalmente no capitalismo financeiro, como previsto por Aristóteles, gerando uma série de problemas para a sociedade e para o meio ambiente. Além disso, gerou um equívoco conceitual, materializado na identificação automática entre o acúmulo de dinheiro e o crescimento da riqueza³, o que pode ser visto nas escolas de pensamento econômico que foram se afastando de preocupações econômicas globalizantes e construíram visões economicistas afastadas da discussão dos limites físicos da natureza e consolidaram paradigmas econômicos que mais se aproximam da crematística de Aristóteles.

¹ Aristóteles (1991).

² Aktouf (2004).

³ Redondo (1999).

Em 1884, Patrick Gueddes publicou um texto intitulado “uma análise dos princípios da economia”, no qual abordava a necessidade do estudo dos fluxos de energia e materiais no interior dos sistemas econômicos, evidenciando a necessidade do acompanhamento dos fluxos físicos e energéticos em sua evolução histórica para observar a produção e o transporte de produtos finais e, assim, gerar referências de medidas diferentes da medida monetária. Segundo Gueddes, somente após a determinação de medidas físicas e energéticas seria possível a interpretação e valoração em termos monetários⁴.

Portanto, o deslocamento conceitual, que levava em consideração as relações físicas para o campo estritamente monetário, se consolidou com o pensamento neoclássico, ao priorizar a hegemonia de um novo fator de produção: o capital. Considerado inicialmente como um simples colaborador da terra e do trabalho nas tarefas produtivas, passou a ser visto como um “substituto perfeito”, assumindo a função de fator limitativo dos processos de produção de riqueza.

Sendo expresso na forma monetária, limitou a concepção de sistema econômico ao mero campo dos valores monetários, configurado e medido por indicadores da contabilidade nacional. A hipótese da perfeita substituição dos fatores de produção permitiu fechar a discussão conceitual da noção de sistema econômico ao universo dos valores pecuniários, ganhando simplicidade e coerência lógica, porém, isolando os aspectos físicos, sociais e institucionais que demarcam o funcionamento dos sistemas econômicos⁵.

CONTRAPOSIÇÃO À RACIONALIDADE DO DINHEIRO

A racionalidade econômica consolidada pelo capitalismo criou as condições de separação e predomínio desta razão subjetiva na forma de valorização monetária. Consolidou o que se pode chamar de racionalidade do dinheiro, e que, com o predomínio desta forma de pensar e agir, o homem passou a ser mais racionalizador do que racional quando utiliza a valoração monetária como principal mecanismo de racionalização.

Uma visão reflexiva do capitalismo, em seu estágio financeiro é necessária, no sentido definido por Habermas de proteger o mundo da vida dos excessos e das consequências negativas da modernidade, especificamente no que se refere à exploração excessiva dos recursos naturais, motivada pela excessiva, e às vezes exclusiva, valoração monetária.

Portanto, o conceito defendido aqui como o de “comportamento racional” não se limita a uma simples maximização de benefícios monetários, mas considera o conceito econômico de Aristóteles e a proposição de Horkheimer, para quem ser racional quer dizer, observa as regras, sem as quais nem o indivíduo, nem o todo podem viver e não penses somente no momento presente⁶, assim, o conceito de racionalidade econômica se aproximaria das ciências naturais e da necessidade de limites físicos aos processos de reprodução da economia.

⁴ Carpintero (2005).

⁵ Naredo (2010).

⁶ Horkheimer (2002).

BIBLIOGRAFIA

- AKTOUF, O. **Pós-Globalização, administração e racionalidade econômica, a síndrome do Avestruz**. São Paulo: Atlas, 2004.
- ARISTOTELES. **A política**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- ARTIGAS, M. **El desafío de la racionalidad**. Pamplona: EUNSA, 1999.
- ALIER, J. M. **De la economía ecológica al ecologismo popular**. Montevideo: ICARIA, 1995.
- BERMEJO, R. **Economía sostenible, principios, conceptos e instrumentos**. Bilbao: Bakeaz, 2001.
- CARPINTERO, O. **El metabolismo de la economía española: recursos naturales y huella ecológica (1995-2000)**. Madrid: Fundación César Manrique, 2005.
- DYKE, C. **Filosofía de la economía**. Buenos Aires: Paidós, 1983.
- GALBRAITH, J. K. **El dinero**. Barcelona: Orbis, 1983.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. **La ley de la entropía y el proceso económico**. Madrid: Argenteria, 1996.
- GODELIER, M. **Racionalidad e irracionalidad en economía**. México: Siglo XXI Editores, 1970.
- HORKHEIMER, M. **Crítica de la razón instrumental**. Madrid: Trotta, 2002.
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Dialéctica de la ilustración, fragmentos filosóficos**. Madrid: Trotta, 2003.
- LEFF, E. **Ecología, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia Participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau: Edifurb, 2000.
- LEFF, E. **Saber ambiental, Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- NAREDO, J.M. y A. VALERO (dirs.). **Desarrollo económico y deterioro ecológico**. Madrid: Visor Distribuciones & Fund. Argenteria, Col. "Economía y Naturaleza", 1999.
- NAREDO, J.M. **La economía en evolución. Historia y perspectivas de las categorías básicas de la ciencia económica**. Madrid: Siglo XXI, 2003.
- NAREDO, J. M. **Luces en el laberinto, autobiografía intelectual y alternativas a la crisis**. Madrid: Catarata, 2009.
- NAREDO, J. M. **Raíces económicas del deterioro ecológico y social: Más allá de los dogmas**. Madrid: Siglo XXI, 2010.
- PASSET, R. **Principios de Bioeconomía**. Madrid: Fundación Argenteria, 1996.
- REDONDO, O. C. **Entre la economía y la naturaleza**. Madrid: Los libros de la catarata, 1999.

REDONDO, O. C. **La bioeconomía de Georgescu-Roegen**. Madrid: Montesinos, 2009.

SIMMEL, G. **Filosofía del dinero**. Madrid: Capitán Swing, 2013.